

Jorge Fernandes Alves - Fundação Narciso Ferreira - Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha. In *O TRIPEIRO*, 7ª série, ano XV, nº 8, p. 242-248.

FUNDAÇÃO NARCISO FERREIRA Indústria e obra social na têxtil nortenha¹

Jorge Fernandes Alves
Faculdade de Letras da U. P.

Riba d'Ave, no concelho de Vila Nova de Famalicão, representa, em certa medida, um espaço museificado, intensamente marcado pelos tempos áureos da indústria têxtil no Vale do Ave. Uma memória viva e ainda palpitante, gradualmente alargada às freguesias circundantes, onde a fábrica se contrapõe paisagisticamente à pequena propriedade rural, aqui e ali pontilhada pela quinta vasta, murada e arborizada.

Para lá dessa estruturação gradual do espaço, deve sublinhar-se que na pequena localidade, hoje vila, os arruamentos centrais - a Avenida das Tílias e a Avenida Narciso Ferreira - e os principais edifícios de equipamento social (mercado, escolas, igreja, hospital, parque, quartel de bombeiros, quartel da GNR, cinema e outros) foram realizado pela acção tutelar da indústria local, sob o impulso urbanizador da Fundação Narciso Ferreira, hoje, mercê das circunstâncias, essencialmente virada para o apoio social e cultural.

Para quem conheça a indústria têxtil nortenha, em particular a portuense do século passado, tão marcada pelos comportamentos avessos à educação e à mobilização social do operariado (é bem elucidativo a este respeito o Inquérito Industrial de 1881!), a obra social desenvolvida em Riba d'Ave surge como uma realização original e surpreendente, sem paralelo no contexto regional, ainda que se possam buscar mais longe, em especial no estrangeiro, modelos de paternalismo industrial que frutificaram em obras filantrópicas.

Naturalmente fruto de representações específicas sobre a função empresarial, ideologicamente marcadas e articuladas com estratégias de legitimação, esta obra social, pelo lugar e pela forma como surge, merece um estudo atento, tal como de resto o percurso empresarial paradigmático de Narciso Ferreira e da dinastia familiar que dá sequência e desenvolvimento aos seus empreendimentos. Não é este o lugar apropriado para o fazer, tendo nós para esse efeito projectos mais ambiciosos. Mas quando se completa um século sobre a criação oficial da primeira empresa de Narciso Ferreira (Sampaio, Ferreira & C^a Lda.) e 50 anos sobre a criação da Fundação a que os descendentes deram o seu nome, bem como 100 anos sobre o nascimento de Raúl Ferreira (1895), 1º Conde de Riba d'Ave, filho daquele e o principal mentor da Fundação a que deu o nome de seu pai, não podemos deixar de começar por evocar aqui, em breves notas, um pouco desta história empresarial.

1. A obra industrial

Riba d'Ave era, há cem anos, uma pequena freguesia rural, onde o censo populacional de 1890 contabilizara apenas 522 habitantes, distribuídos por 126 fogos. É hoje um espaço amoldado às características imprimidas por uma industrialização têxtil que cresceu à luz do proteccionismo e da grande concentração operária, circunstâncias que favoreceram a deslocação das indústrias da cidade do Porto para a periferia em busca do embaratecimento dos factores de produção. Um processo que começou a ganhar relevo pela década de 90 do século passado e que simultaneamente foi indutor de fenómenos paralelos de modernização, cujo aspecto mais importante, para lá da fixação local de algumas indústrias complementares, foi, sem dúvida, a electrificação, para o que muito contribuíram as iniciativas empresariais de Narciso Ferreira, o grande industrial têxtil da localidade e da região.

Naturalmente que esta deslocação da indústria têxtil para a periferia e especificamente para o Vale do Ave não se fez ao acaso, pois para além das condições infra-estruturais (com relevo para os cursos de água necessários para certos segmentos de produção como a tinturaria e estampagem, bem como para o aproveitamento das energias hídricas e ainda para o caminho-de-ferro recém-instalado), havia a contar com a longa tradição rural do artesanato de tecidos de linho produzidos para o mercado e com as novas formas de fiação e tecelagem doméstica do algodão, disseminadas pelos campos. Estruturava-se aos poucos o "espaço-território", organizado em rede e favorável à industrialização difusa.

Em 1888, um inquérito oficial sobre a indústria da tecelagem, através de uma comissão constituída por patrões e operários, dava uma explicação histórica, baseada na fuga ao aprendizado gratuito e à desqualificação profissional derivado da introdução da divisão do trabalho, para a pulverização industrial da indústria algodoeira. Dada a rápida aprendizagem do ofício de tecelão e os hábitos de não pagamento ou de muito baixo salário aos aprendizes durante os dois ou três primeiros anos nas fábricas citadinas, muitos tecelões fogem "ao rigor dos regulamentos e à concorrência dos serviços gratuitos" para casa própria e aí iniciam a produção para um mercado paralelo e fortemente concorrencial, com baixa sucessiva de preços. E os inquiridores não se esquecem de referir a crise da agricultura para o alargamento desta epidemia, com a baixa dos cereais e a quebra no vinho e na exportação de gado, a criar a necessidade de novos rendimentos para o agricultor, que muitos vão buscar complementarmente ao tear².

Essa produção caseira é, em parte, estimulada por alguns dos grandes fabricantes/negociantes na medida em que propiciam condições e compram a produção, pois na realidade, este trabalho domiciliário funciona como uma almofada de grande elasticidade: de acordo com a expansão da procura adquire-se essa

produção para revenda, sem grandes empates de capital ou risco; quando chega a recessão, esta atinge em primeiro lugar os tecelões domiciliários. É, no entanto, de registar que outros industriais solicitam frequentemente a normalização do sistema, representando contra esta actividade caseira que não cumpre horários, nem paga impostos.

Assim, com o correr do tempo, este modelo de produção algodoeira, através da acção de negociantes/fabricantes do Porto, alargou-se à coroa da Cidade e penetrou no Vale do Ave, conferindo novos desenhos às produções artesanais do linho e da lã praticadas tradicionalmente em muitos concelhos. Embora não fosse vedada a venda ao público por parte dos pequenos tecelões, e alguns faziam-no nas feiras, estavam mais seguros aqueles que tivessem comprador regular, colocando-se assim nas suas mãos³.

É neste jogo de pequena produção/circulação que emergem alguns casos que culminam em grande actividade empresarial, de que será exemplo vivo Narciso Ferreira, o empresário de Riba d'Ave. Como registava a revista *Indústria Portuguesa*, em 1942, evocando Narciso Ferreira, *"o industrial desse tempo, se assim se pode chamar, era a pessoa que fornecia a teia aos teares rústicos, espalhados nas cercanias, recebia depois os produtos manufacturados e procurava vendê-los nos centros populacionais mais próximos, às vezes de parceria com outros colegas, associados ou produtores da mercadoria, neste comércio marcadamente primitivo"*⁴.

O que sobressai no início do ciclo de vida de Narciso Ferreira (7.7.1862-22.3.1933) não é o que ganhou na sua fase oficinal, mas sim as relações que travou e o crédito que conseguiu para a realização de capital em sociedade. Tudo começou, depois da aprendizagem em oficina de tecelão, com dois teares na casa de Pedome, aos 19 anos, cerca de 1881, com produtos para vender nas feiras e no Porto, onde arranjou clientes certos. Depois, casado em Riba d'Ave, aí procedeu à instalação de uma oficina por 1890, junto ao curso do rio onde estabeleceu uma queda de água. Oficina que chegou a atingir 19 teares mecânicos, e onde se especializou nos "riscados fortes", produto que lhe deu fama e proveito e que vai continuar a produzir e potenciar com o seu desenvolvimento empresarial. De facto, consegue sociedade em 1894 junto de negociantes e capitalistas do Porto (Manuel J. Oliveira, José Augusto Dias, Eng^o Ortigão Sampaio e J. Fernandes Machado), situação legalizada apenas em 1896, dando origem à firma Sampaio, Ferreira & C^a.

Esta sociedade propicia o salto qualitativo: a instalação passa imediatamente a 200 teares mecanizados, com fiação, acabamentos, oficinas para manutenção e renovação de equipamentos. Ao mesmo tempo, a fábrica constitui uma autêntica escola para a formação de técnicos que vão permitir a ampliação das actividades e a inserção empresarial dos familiares (teve 10 filhos, embora dois morressem ainda crianças, alguns dos quais tiveram depois também carreiras empresariais fulgurantes). Em 1910, a fábrica já albergava uma população operária de 473 homens e 373

mulheres, o que dá uma ideia do movimento populacional originado pela actividade industrial na pequena localidade, só suplantada na região pela Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela.

Foi, portanto, da Sampaio, Ferreira & C^a que irradiaram os responsáveis pelas novas empresas emergentes: a Empresa Têxtil Eléctrica (1905, em Caniços), destinada ao fabrico de cobertores e cotins grossos, e Oliveira, Ferreira, & C^a, Ld^a. (1909), para produção de telas cruas e flanelas, para além de participações noutras sociedades (Sociedades Têxteis de Vila do Conde e Arcozelo). Deve sublinhar-se que Narciso Ferreira preferia criar novas empresas do que ampliar exageradamente a inicial, embora, se conglomerássemos o número de operários distribuídos pelas diversas empresas, surgisse como o maior empresário têxtil da região: em 1939, aquelas três empresas iniciais somavam só por si cerca de 3 milhares de operários (exactamente 2936), vinte anos mais tarde o número de trabalhadores do grupo familiar já era avaliado em 12 mil trabalhadores.

Mais importante do que o crescimento, foi no entanto, a modernização, na medida em que Narciso Ferreira se pode considerar como um dos precursores nacionais do aproveitamento hidro-eléctrico, pois a fábrica acima citada de Caniços, a Têxtil Eléctrica, terá sido a primeira a mover-se com este tipo de energia. Foi provavelmente com essa experiência que ganhou ânimo para ajudar a criar a Companhia Hidro-Eléctrica do Varosa, nas cercanias de Lamego, o primeiro grande aproveitamento nacional deste tipo de energia. A Hidro-Eléctrica do Varosa tinha sido fundada em 1907, passando a produzir energia dois anos depois, e durante muito tempo limitou-se a uma potência de 240 CV, em dois grupos, distribuída directamente para Lamego e Régua. Remodelada em 1920, com uma nova central hidro-eléctrica (a Central do Chocalho) a entrar em funcionamento em 1925, foi gradualmente ampliada a potência instalada para 15000 Cv. Em 1928 é criada uma central térmica de apoio e reserva em Caniços, junto ao Ave, ampliando-se bastante a potência. A rede instalada passou a fornecer energia a 21 concelhos, numa área regional que se pode enquadrar entre Lamego, Vila Real, Guimarães e Porto. Nesta companhia desenvolveu especial acção o seu filho Delfim Ferreira, que, entretanto, veio a gizar uma outra - a Hidroeléctrica do Ermal, procedendo posteriormente à fusão de ambas e constituindo a célebre CHENOP - Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal, nacionalizada e integrada na EDP em 1975.

Para além da actividade industrial, deve notar-se o facto de Narciso Ferreira continuar a investir na agricultura, como filho de agricultores que era, merecendo realce a sua iniciativa, então visionária, de proceder, em 1909, a uma vasta plantação de eucaliptos na Quinta de Mide, em Lordelo, que deu origem à Empresa Florestal de Mide: com o deflagrar da grande guerra e a escassez de carvão para o abastecimento industrial, Narciso Ferreira resolveu parcialmente esse problema com a exploração das suas reservas florestais⁵.

O dinamismo industrial revelado e a capacidade de produzir riqueza e criar emprego conferiram inevitavelmente, a Narciso Ferreira uma influência social crescente e uma função de patrocínio local que o levaram à direcção do associativismo empresarial (Presidente da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão) e à política - Presidente da Câmara Municipal e vereador. Chegou-lhe ainda o sinal do reconhecimento nacional através da comenda e grã-cruz da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial e a Ordem de Benemerência, bem como da visita presidencial de Carmona.

2. A obra social

As relações entre o capital e o trabalho em Riba d'Ave não foram, naturalmente, paradisíacas e as empresas de Narciso Ferreira não escaparam, por exemplo, à onda grevista do fim da monarquia (Julho de 1910), que marcou o alastrar para a província da conflitualidade operária antes praticamente restrita à área urbana⁶. Sabe-se, no entanto, como as características próprias do operariado do Vale do Ave contribuíram para atenuar este tipo de problemas, particularmente pelo facto de o trabalho fabril se desenvolver em complementaridade familiar com o trabalho rural.

Mas para essa diminuição conflitual e para a criação de um ambiente paternalista em Riba d'Ave não pode deixar de se referir o comportamento empresarial de Narciso Ferreira: sempre presente nas suas fábricas, residindo localmente, pormenor a que de resto se obrigara estatutariamente, olhando pela produção e pelas pessoas, o que lhe permitia controlar os pequenos e grandes problemas e resolvê-los em cima dos acontecimentos, possuindo *"o conhecimento das necessidades dos seus colaboradores mais humildes, indo ao encontro delas, por vezes, com a rudeza dum carácter que não torce"*. Tal comportamento criou-lhe uma ligação quase umbilical a Riba d'Ave, que dava origem a histórias picarescas, como se infere desta referência exemplar: *"Conta-se mesmo a história de que uns seus amigos conseguiram um dia que os acompanhasse num passeio, por terras de França. Pois bem! Ao chegar a Barca d'Alva, subitamente, Narciso Ferreira interrompe a viagem, porque já há dois dias que não ouvia os toques matinais das sirenes das suas fábricas."*⁷

Patrão sempre presente para todas as eventualidades, com grande enraizamento na propriedade, por contraste com o que acontecia na maioria das grandes fábricas! E por isso também atento às necessidades da população de uma pequena localidade, em crescimento acelerado por via da indústria, mas sem qualquer tipo de equipamento social que ajudasse, sobretudo, a suprir as carências das idades não activas ou as situações de desprotecção.

Com efeito, em Portugal a solidariedade social para com a população operária era até aí quase objecto de artigos e/ou campanhas de jornal e de uma ou outra iniciativa particular, por vezes exteriores ao meio industrial, como era o caso da acção dos

"brasileiros", emigrantes de retorno endinheirados que, na retirada da vida activa, produziam obras filantrópicas. Foi o caso do Conde de Ferreira, do Conde de S. Bento, de Rodrigues Semide, do Barão de Nova Cintra, de Araújo Porto, de Monteiro dos Santos, sem esquecermos muitos outros que, mais modestos ou recatados, distribuíram a sua riqueza pelas mais variadas instituições de carácter social (asilos, escolas, hospitais), contribuindo nomeadamente para a revitalização e pujança económica das misericórdias nos finais do século passado, através da incorporação total ou parcial dos respectivos patrimónios.

Pois o industrial Narciso Ferreira vai assumir um papel importante neste domínio, em Riba d'Ave, à medida que a sua obra empresarial se consolida. Conhecia, como disse expressivamente Carlos Bastos, "*por experiência directa as agruras do labor anónimo e sacrificado da gente humilde sobre cujas angústias levedava, afinal, a prosperidade das minorias favorecidas*"⁸. Assim, numa atitude redistributiva, cria um hospital para a população local relativamente bem equipado, manda construir bairros económicos para colaboradores, faz erguer as escolas primárias e idealiza uma creche (que não chegou a ver erguida), assumindo a figura de benemérito local.

Mas tal como souberam continuar e ampliar a actividade industrial paterna, os descendentes de Narciso Ferreira tomaram idêntica atitude para com a sua obra social, com a particularidade de, logo que possível, a institucionalizarem, através da criação da Fundação Narciso Ferreira, de forma a assegurarem a sua perpetuação e desenvolvimento

Sublinhe-se que durante muito tempo, não houve legislação administrativa que facultasse a criação de instituições autónomas com projectos definidos pelos doadores, com existência de fundos próprios para acção cultural ou social, em resultado da desconfiança dos governos a diversos níveis. Os actos de filantropia tinham de ser actos isolados ou, então, atribuídos à responsabilidade de organismos estatais, misericórdias ou confrarias, enquanto no estrangeiro as *fundações* constituíam, desde o século passado, um movimento extremamente importante da sociedade civil no domínio da solidariedade.

Uma situação de excepção vai ocorrer em 1933, quando surge a primeira instituição portuguesa com esta designação - a Fundação da Casa de Bragança - por iniciativa dos testamenteiros de D. Manuel II e do Governo, tendo como objectivo administrar os bens patrimoniais da antiga Casa Real e desenvolver acções nos sectores cultural, artístico, social e religioso. Mas a sua institucionalização revelou-se de carácter excepcional, não tendo repercussões imediatas na criação de novas fundações. Só em 1940, surge nova arquitectura jurídico-administrativa, com base nos artigos 444º a 446º do novo Código Administrativo. Agora, a *fundação* surgia como "pessoa colectiva de utilidade pública administrativa", e especificamente, como "instituto de utilidade local", no âmbito da assistência social, mas submetido à tutela do Estado na parte orçamental e deliberativa.

Aproveitando esta abertura legislativa⁹, os descendentes de Narciso Ferreira formam a Fundação a que dão o nome paterno, a qual surge oficialmente em 1945 como a segunda "fundação" portuguesa, depois da Fundação da Casa de Bragança. Foi instituída por 10 sócios fundadores (descendentes e as três empresas criadas por Narciso Ferreira), *"em memória piedosa e justa homenagem social prestada pelos instituidores seus filhos ao fundador das fábricas que representam uma das mais produtivas actividades desta região e a honesta sustentação de centenas de família"* (artº 2º do Regulamento). Desenvolvia as seguintes modalidades de assistência: espiritual, de harmonia com a autoridade e disciplina da Igreja Católica; educativa, com escola para instrução elementar e possibilidade de bolsas de estudo para educação profissional; materno-infantil, doença e invalidez. Para efectivação destes fins, foi dotada com hospital, igreja, escola-cantina, asilo, teatro, creche e cozinha económica, funcionando já alguns destes serviços à altura da instituição, sendo agora afectados à Fundação e conferindo unidade à obra social. A Fundação foi de imediato dotada com dois mil contos para início de capital, além dos edifícios já existentes e mais seiscentos contos para a escola-cantina. E surgia como *"uma obra de assistência e utilidade local destinada a prestar assistência económica e moral às famílias da mesma freguesia e em especial às dos empregados e operários das fábricas pertencentes aos sócios fundadores"* (Art. 1º)¹⁰.

Coube a direcção da Fundação Narciso Ferreira mais directamente ao filho Raul Ferreira, o qual lhe conferiu um dinamismo notável, sobretudo pelas acções de urbanização e embelezamento de Riba d'Ave, desde a agradável Avenida das Tílias à Igreja e respectivo parque envolvente, não esquecendo o importante património imobiliário que hoje constitui o principal suporte financeiro da Fundação (Teatro Narciso Ferreira, Quartel dos Bombeiros, Correios, Café, Estalagem, mercado e feira, escolas, etc). A área de apoio social aos indigentes e desprotegidos foi também uma preocupação, tal como a área cultural, sobretudo no apoio a acções educativas para as crianças e jovens, num espaço que inclui não só Riba d'Ave mas também as freguesias vizinhas de Oliveira S. Mateus e Pedome. Essa acção filantrópica, instruída segundo os princípios caritativos da Igreja Católica, mereceu a atenção do Papa Pio XII, que em 25.8.1947 agraciou Raul Ferreira com o título de Conde de Riba d'Ave.

Desenvolvendo hoje uma acção mais discreta, já que não dispõe dos apoios financeiros que tinha nos tempos iniciais por parte das empresas do grupo familiar (facto explicável pela crise têxtil e pela nacionalização da CHENOP), a Fundação Narciso Ferreira continua a desenvolver os seus objectivos sociais e culturais, por vezes em acção concertada com as autarquias ou outras instituições (escolas, Misericórdia, Conferência Vicentina), tendo, entretanto, actualizado os seus estatutos em 1995.

3. Conclusão

Se há vários casos na indústria nortenha para tipificar a situação do "self made man", do homem que surge quase do nada para atingir uma projecção económica notória e socialmente reconhecida, é indiscutível que essa situação se ajusta como uma luva ao caso de Narciso Ferreira (1862-1933). A sua acção industrial é, de resto, exemplar na forma como evolui da chamada "indústria caseira" para a fábrica moderna e altamente mecanizada, com grande concentração operária. Narciso Ferreira foi um homem que, nos inícios deste século, não só transformou a freguesia rural de Riba d'Ave num pólo industrial têxtil, como estendeu a sua actividade a outros lugares e domínios económicos, criando um verdadeiro grupo empresarial com forte acção inovadora. Paralelamente, o seu paternalismo industrial objectivou-se em actos de benemerência, criando uma importante obra social. E deu origem a uma família que continuou e ampliou em elevado grau tanto a função industrial como a obra social geracionalmente transmitidas ¹¹.

¹ Artigo desenvolvido no âmbito do projecto "Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal (sécs. XIX e XX)", com o apoio da JNICT.

² *Inquérito sobre o Estado da Indústria de Tecelagem na Cidade do Porto e situação dos respectivos operários*, Lisboa, 1889.

³ Sobre este processo global, cf. Jorge Fernandes Alves, *A indústria têxtil no Norte até à década de 1920 - Representações empresariais*, comunicação ao congresso "A indústria têxtil no Vale do Ave - História, Desafios, Perspectivas", Santo Tirso, 16 e 17 de Maio de 1996 (em publicação nas Actas).

⁴ Cf. "Narciso Ferreira - O homem e a sua obra", in *Indústria Portuguesa*, 1942.

⁵ Cf. *Narciso Ferreira - In Memoriam*, 1862-1962, Porto, 1962, p. 18.

⁶ Cf. *Boletim do Trabalho Industrial, nº 81 - Estatística das Coalisões em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1919.

⁷ Cf. "Narciso Ferreira - O homem e a sua obra", in *Indústria Portuguesa*, 1942.

⁸ Cf. Carlos Bastos, *O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa*, Porto, 1947, p.70

⁹ É na década de 50 que surgem mais de três dezenas de fundações em Portugal, embora, na grande maioria, consideradas como institutos de utilidade local e canalizando os seus objectivos para a assistência médico-social. A fundação de tipo actual, enquanto pessoa moral de direito privado, só alcança estatuto jurídico no Código Civil de 1967 que incorpora a doutrina dos decretos de excepção preparados para permitir a criação da Fundação Calouste Gulbenkian (1956) e da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (1953), a que se seguiram outras no Norte de Portugal (F. Cupertino de Miranda, em Famalicão, e F. António Cupertino de Miranda, em S. Tirso, ambas em 1964, e a F. Engº António de Almeida, no Porto, em 1968).

¹⁰ Cf. *Regulamento da Fundação Narciso Ferreira*, Riba d'Ave, 1945.

¹¹ Este artigo só foi possível devido à amabilidade do sr. Comendador Raul Ferreira de Riba d'Ave, pelas informações prestadas e documentação disponibilizada, a quem agradecemos.